

Ulysses tem alternativa para resolver impasse sobre sistema de governo

8 SET 1987

Resumo de governo (A NC) PSo

SET 1987

Do enviado especial a Brasília

Na medida em que deputados e senadores permaneciam mais que nunca distantes de uma solução negociada sobre o sistema de governo, que pudesse ser incluída ainda hoje no segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), o deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte, entrou discretamente no processo, com o apoio, por enquanto também velado, do presidente José Sarney.

Trata-se de submeter a presidencialistas e parlamentaristas o projeto de "presidencialismo mitigado", elaborado pelo braço direito de Ulysses, o jurista Miguel Reale Jr., e apresentado à Comissão de Sistematização — que inicia suas sessões plenárias dentro de seis dias — pelo deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), 38.

O projeto havia sido qualificado de negociável entre as diferentes facções pelo ministro Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, ao receber anteontem o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), 63. A discussão precipitou-se ontem, a um nível por enquanto restrito. Em reunião, pela manhã, entre Ulysses e os três líderes do PMDB e do governo no Congresso constituinte — o senador Fernando Henrique Cardoso (SP) e os deputados Euclides Scalco (PR),

Luiz Henrique (SC) e Carlos Sant'Anna (BA) —, e ainda o relator Bernardo Cabral, colocou-se o texto de Reale como a única alternativa para evitar o confronto na hora do voto.

O ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, esteve a seguir com Ulysses, tornando-se o emissário do plano junto ao Palácio do Planalto. E ele, efetivamente, foi recebido pelo presidente Sarney, que, segundo a Folha apurou, aceitou desencadear o roteiro, com a condição de tê-lo avalizado pelo senador Afonso Arinos (PFL-RJ). As 17h30, Arinos disse não ter sido ainda consultado.

A operação é delicada, e por dois motivos. Primeiro: por corresponder a uma solução mista, a emenda subscrita por Manoel Moreira pode tanto unir presidencialistas e parlamentaristas, como também ser rejeitada pelos dois blocos. Segundo: as partes envolvidas continuam firmes, a menos retoricamente, em suas posições, a começar por Sarney, de quem o deputado Cid Carvalho disse ter recebido ontem um "recado" de que já era definitiva sua opção pelo presidencialismo.

Por sua vez, os parlamentaristas "gradualistas" como o senador José Richa (PMDB-PR), e "imediatistas",

como o deputado Euclides Scalco, prosseguem defendendo períodos de respectivamente três e um ano para a instituição do novo sistema.

Assim, a impressão de impasse definitivo era ontem generalizada no Congresso. A começar dos "gradualistas", que na véspera definiram uma tática que permitia, se possível, aprovar com as demais facções parlamentaristas o sistema de governo no corpo da Constituição, para depois, nas disposições transitórias, obterem a adesão dos sarneyzistas, já que lhes interessaria amputar só gradualmente os poderes do atual presidente.

O roteiro foi ontem passível de duas objeções. A primeira delas partiu de Afonso Arinos, que disse à Folha ser tecnicamente possível a votação do principal e do transitório simultaneamente. A segunda vem da intenção dos "gradualistas" em atrair a bancada do PFL, para que seus 24 membros não dêem vinte votos ao presidencialismo, de acordo com as estimativas de Ulysses e do Planalto. Ora, a máquina oficial já foi com certeza acionada para pressionar os indecisos. O deputado Paulo Pimentel (PFL-PR), que se dizia parlamentarista, já deu novas declarações incluindo-se entre os indecisos. (João Batista Natali)

FOLHA DE SÃO PAULO